



PODER JUDICIÁRIO

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Memória de Reunião

### IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local
21.06.2012	10:00h às 13:00h	GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRF DA 5ª REGIÃO

### PARTICIPANTES

Ministro João Otávio de Noronha (Corregedor-Geral da Justiça Federal); Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima (Presidente do TRF da 5ª Região); Desembargador Federal Mário César Ribeiro (Presidente do TRF da 1ª Região); Desembargadora Federal Maria Helena Cisne (Presidente do TRF da 2ª Região); Desembargador Federal Newton de Lucca (Presidente do TRF da 3ª Região); Dr. Márcio Mafra (Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal); Dr. Sérgio Tejada (Juiz Federal auxiliar da Presidência do TRF da 4ª Região); Dra. Eva Maria Ferreira Barros (Secretária-Geral do CJF); Dr. Roberto Elias Cavalcante (Diretor-Geral do TRF da 1ª Região); Dr. José Oli Ferraz Oliveira (Diretor-Geral do TRF da 3ª Região); Dr. Marcos Aurélio Nascimento Netto (Diretor-Geral do TRF da 5ª Região); Dr. Rui Santos (Assessor Especial da Presidência do TRF da 2ª Região); Dra. Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio (Secretária de Administração do TRF da 5ª Região); Dra. Telma Roberta Vasconcelos Motta (5ª Região); Dr. Wilson Nogueira de Aquino (Secretário de Informática do CJF); Dr. Divailton Teixeira Machado (Coordenadoria de Feitos Administrativos e Disciplinares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal); Dr. Renato (Secretário de Informática do TRF da 2ª Região); Dr. Leonardo (TRF da 2ª Região); Dr. Jader Carlos Videira (Assessor de Informática do TRF da 3ª Região); Dr. Douglas Cedro (Assessor de Informática do TRF da 3ª Região); Dr. Cristian Ramos Prange (Secretário de Informática do TRF da 4ª Região); Dra. Fernanda Marques Montenegro (Secretária de Informática do TRF da 5ª Região); Dra. Sandra (5ª Região); Dr. Laureano L. Montarroyos Filho (5ª Região); e Dra. Adriana Dutra (Assessoria de Comunicação do CJF).

### TEMA

Discussão sobre sistemas eletrônicos no âmbito da Justiça Federal e apresentação do Sistema Processual da 5ª Região- PJe

### ASSUNTO/DELIBERAÇÃO

O Ministro João Otávio Noronha, Corregedor-Geral da Justiça Federal, abriu a reunião apresentando as boas vindas aos presentes e agradecendo a acolhida da Presidência do TRF da 5ª Região, na pessoa do seu Presidente, Desembargador-Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima. Prosseguindo, informou que a reunião fora previamente acordada com os presidentes dos tribunais regionais federais e tem como objetivo discutir sobre, talvez, o maior problema que a Justiça Federal enfrenta hoje, que é a ausência de sistemas eletrônicos adequados. Informa que há somente dois bons sistemas desenvolvidos, sendo um na 4ª Região e outro na 5ª

Região. Informou, ainda, que o propósito inicial era fazer uma visita ao TRF da 4ª Região para conhecer o sistema lá desenvolvido, contudo, há um fato novo. O Conselho Nacional de Justiça já determinou a utilização do Sistema PJe no âmbito do Poder Judiciário. Por esta razão, entendeu conveniente conhecer, apresentar e implantar o Sistema PJe desenvolvido pelo TRF da 5ª Região, o qual considera ser um sistema eficiente e completo, que poderá ser utilizado por qualquer região. Na oportunidade, assinalou que o CNJ, por intermédio do Conselheiro Sylvio Rocha, prometeu disponibilizar à Justiça Federal a importância de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) com vistas à continuidade e melhorias do PJe, onde já existe, bem como para atender às despesas com a implantação nas demais regiões, disponibilizando, de imediato, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), e o restante, em duas parcelas. Explicitou que o sistema da 5ª Região não representa apenas um projeto piloto, tratando-se de um sistema bem adaptado para a realidade da Justiça Federal. Portanto, o objetivo da reunião não é apenas apresentar esse sistema, mas definir sobre a sua implantação e implementação nas cinco regiões, com mais urgência nos TRFs das 1ª e 2ª Regiões, tendo em vista que os sistemas por eles utilizados correm o risco de sofrer paralisações a qualquer momento, face à precariedade, considerando que os relatórios mínimos são retirados quase que manualmente. Assinala que o TRF da 4ª Região, por possuir um sistema bastante avançado, deve ser o último a fazer a migração para o PJe. Feitas essas considerações iniciais, o Ministro Corregedor-Geral passou a palavra ao Dr. Paulo Roberto de Oliveira Lima, anfitrião da reunião, para falar sobre o Sistema PJe, desenvolvido pelo TRF da 5ª Região. Após dar as boas vindas e agradecer a presença do Ministro João Otávio de Noronha, dos colegas presidentes e dos demais participantes, relatou que, em princípio, foi crítica e relutante à implantação de sistemas na 5ª Região, todavia, mostrou-se ser absolutamente inevitável. Esclareceu que o Sistema PJe começou como facultativo, passando a ser obrigatório, primeiro, em Recife, e depois nas demais capitais, estando funcionando a contento e de forma confiável. Ao assinalar que determinou a promoção de cursos abertos a todos, passou a palavra à Dra. Telma, Secretária Judiciária do tribunal, para fazer a apresentação do sistema. Na sequência, a Dra. Telma, antes de iniciar a apresentação, esclareceu que a versão que iria ser apresentada não é a do CNJ, mas a da 5ª Região, na qual foram feitas melhorias que foram executadas naquela região e encaminhadas ao CNJ para homologação e inclusão na versão daquele órgão. Asseverou tratar-se de uma versão que pode ser utilizada tanto no primeiro, quanto no segundo grau. Explicou não ser necessária a participação efetiva da área de tecnologia da informação, sendo possível que o usuário realize as parametrizações e configurações, com vistas às adequações das rotinas de cada setor. Acrescentou, ainda, que o sistema poderá ser utilizado por qualquer ramo do Judiciário, informando que tudo o que foi feito tem como base o e-Jud, iniciado no Conselho da Justiça Federal e, posteriormente, suspenso. Porém, foram utilizadas todas as premissas

básicas e toda a documentação do e-Jud no PJe. Em seguida, informou que o sistema não trabalha com login e senha, mas apenas com certificação digital, sendo a base de usuários replicada em toda a região. Informou, também, que na 5ª Região há um cadastro único dos advogados, sendo que advogados de outras regiões podem fazer o certificado em seus próprios estados, sem a necessidade da presença física. Em seguida, a Dra. Telma deu início à apresentação de todas as funcionalidades do sistema, informando que o mesmo está sendo utilizado por todas as seções judiciárias. Finalizada a apresentação, o Desembargador Federal Newton de Lucca, Presidente do TRF da 3ª Região, pediu a palavra para ponderar que não se sentia, naquele momento, convicto sobre um veredito acerca da utilização do referido sistema na 3ª Região, pois, embora entendendo ser o sistema muito bom, na verdade, não é a versão nacional, desenvolvida pelo CNJ. Na oportunidade, o Ministro Noronha esclareceu que o PJe do CNJ é apenas uma base para o padrão nacional e que o mais importante é a base de dados. O Dr. Newton de Lucca ponderou, ainda, no sentido de que o CNJ forneceu o código fonte da versão do CNJ e não o da 5ª Região, tendo o Dr. Paulo Roberto esclarecido que o sistema que deve ser levado é o desenvolvido pelo tribunal da 5ª Região, pois foi adequado às necessidades da Justiça Federal e posteriormente será homologado pelo CNJ. Novamente com a palavra, o Ministro Noronha informou aos presentes que levará ao Plenário do CJF proposta para a utilização de um único sistema, o qual ficaria sediado num só lugar, numa mesma fábrica. O diretor-geral do TRF da 1ª Região sugeriu que seja adotada a tabela do CNJ, tendo o Ministro Noronha afirmado que isso não deverá ser problema. Ao pedir a palavra, a Dra. Telma informou que a Justiça do Trabalho já encampou a utilização do PJe, e está desenvolvendo a sua versão, ao tempo em que esclareceu que as versões que serão utilizadas por determinado ramo do Poder Judiciário não prejudicará a comunicação entre órgãos, devendo conversar entre si. Pedindo a palavra, o Dr. Sérgio Tejada iniciou justificando a ausência da Senhora Presidente do TRF da 4ª Região e agradecendo a oportunidade de poder compartilhar com os demais tribunais a experiência da 4ª Região, para, em seguida, discorrer sobre a eficiência do sistema daquela região, entendendo ser desnecessária a criação de mais um sistema no âmbito da Justiça Federal, ponderando que o problema de comunicação entre as regiões poderá ser resolvido com a interoperabilidade. Acrescentou que o TRF da 4ª Região tem uma integração muito grande com o TRF da 5ª Região e que os sistemas são bem parecidos, sendo que somente uma tela ou outra apresentam diferenças. Em seguida, o Presidente do TRF da 1ª Região pediu a palavra e se manifestou sobre a importância dessa reunião, ao tempo em que informou sobre os problemas existentes na 1ª Região e as dificuldades enfrentadas. Retomando a palavra, o Dr. Sérgio Tejada manifestou a opinião de que a maneira como o CNJ está conduzindo o processo não é a mais adequada, explicitando que atualmente existem três sistemas, sendo um no CNJ, um na Justiça do

Trabalho e outro na 5ª Região, assinalando, ainda, que o que diferencia a 4ª e a 5ª Regiões é que naquela, há quadro próprio, enquanto nesta, o serviço é terceirizado, situação essa, a seu ver, negativa, pois o serviço fica a cargo de uma empresa. Portanto, considerando que a 1ª, 3ª e 4ª Regiões possuem nos seus quadros servidores que podem ser alocados para o desenvolvimento dos sistemas, seria um retrocesso utilizar o PJe por meio de terceirização. Interrompendo essa digressão, o Ministro Noronha voltou a assinalar que o objetivo é implantar um sistema único em toda a Justiça Federal, otimizando a área de tecnologia da informação do CJF, com a criação de um núcleo central, com a participação dos cinco tribunais, por meio de servidores indicados pelos respectivos presidentes, de modo a otimizar recursos. O CJF seria o interlocutor com o CNJ. Ao ser questionado pela Presidente do TRF da 2ª Região de como ficaria a integração com o CNJ, órgão que deu início ao PJe, bem como quanto a distribuição dos recursos, sua Excelência informou que a interlocução e a questão dos recursos ficará a cargo do CJF, que promoverá uma reunião com os representantes de TI e das áreas de negócio dos tribunais para a discussão e apresentação de planejamento com as sugestões sobre o tema. Na oportunidade, usando da palavra, a Dra. Telma lembrou que o PJe nasceu no CJF com o nome de E-JUD, o qual foi suspenso, o que possibilitou ao CNJ adotá-lo com o propósito de dar uniformidade no âmbito do Poder Judiciário. Retomando a palavra, o Ministro Noronha disse que, dada a importância da parte política, essa interlocução com o CNJ deve ser feita pelos Ministros. Que o seu propósito na reunião era apresentar o sistema, levantar os problemas, ouvir cada tribunal, para, após, dar sequência aos trabalhos por meio das reuniões pertinentes. O Dr. Douglas, representante da área de TI da 3ª Região, pediu a palavra e disse que hoje existem 4 sistemas PJe, e que o CNJ não permite a disponibilização do código fonte da 5ª Região e a empresa responsável não fornece o código. O Secretário de Tecnologia da Informação do CJF informou que estão sendo testadas apenas duas versões, a da 5ª Região e a do CNJ, tendo o Ministro Noronha manifestado interesse em testar e instalar a versão utilizada pela 5ª Região. A Dra. Telma ponderou acerca da impossibilidade do TRF da 5ª Região divulgar o código fonte, em virtude do convênio existente com o CNJ, quando o Ministro Noronha definiu que isso deverá mudar. Na sequência, o Dr. Roberto, Diretor-Geral do TRF da 1ª Região, fez os seguintes questionamentos: o treinamento somente a empresa faz; Para o desenvolvimento, os tribunais podem indicar 4 ou 5 pessoas. E a empresa, que foi contratada para treinar os servidores da 5ª região, como fica? A parte de configuração, a 5ª Região domina? Ficariam os demais tribunais dependentes do pessoal da 5ª Região? Novamente com a palavra, o Ministro Noronha determinou que os técnicos dos tribunais deverão ser treinados, inclusive os da 4ª Região, com o apoio da 5ª Região e do Centro de Estudos Judiciários. Em seguida, o Ministro Noronha apresentou os seguintes encaminhamentos: *1º) Teremos uma reunião no dia 25/6/2012 com os presidentes dos tribunais e com o Conselheiro do*

CNJ; 2º) Irei submeter a matéria ao Colegiado do CJF; 3º) Faremos uma reunião em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho com os técnicos de TI e da área Judiciária, indicados pelos presidentes, a partir das 10hs, para fazer o planejamento dos trabalhos sobre o núcleo de desenvolvimento a ser criado no CJF, o levantamento da carência de servidores e as conclusões sobre a possibilidade de implantação e sustentação do PJe no âmbito da Justiça Federal. Com a palavra, o Presidente do TRF da 3ª Região manifestou o desejo de que o Ministro Noronha assumira a condução dos trabalhos, assinalando que o CNJ não cumpre com rigor o que deveria fazer, acreditando que a melhor forma seria por meio de uma interlocução única sob o comando do Ministro Corregedor-Geral. O Presidente do TRF da 1ª Região acrescentou que a política sempre foi de cima para baixo, lembrando que cada tribunal tem suas peculiaridades. Considerou, portanto, esse debate como democrático e bastante significativo. Nessa linha, demonstrou o entendimento de que essa deve ser a política de atuação do CJF, com a discussão de projetos estratégicos, importantes para a Justiça Federal, e não apenas ficar discutindo processos administrativos. Concluiu exortando que “a gestão macro é a solução.” Nesse sentido, o Dr. Sérgio Tejada citou como exemplo o Sistema AJG, que é um programa nacional que a 4ª Região ajudou a desenvolver e que, no momento, está aperfeiçoando para utilização por todas as unidades da Justiça Federal. Ao final, ao entender que os assuntos foram debatidos satisfatoriamente, o Ministro Corregedor-Geral agradeceu ao Presidente do TRF da 5ª Região e toda a sua equipe, aos Presidentes dos Tribunais, aos Diretores-Gerais presentes, à Secretária-Geral do CJF, aos diretores de TI e demais servidores presentes, encerrando a reunião às 13h.

#### OBSERVAÇÃO

Não houve.

#### PENDÊNCIAS

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO PARA SOLUÇÃO

Eva Maria Ferreira de Barros, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal.